

Brasília, 31 de agosto de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, avaliação sobre ações do Governo, relativas ao período de 1993 e 1994. Trata-se, Senhor Presidente, de atender ao art. 3º, § 2º da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995 - diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 1996 -, que determina que o Poder Executivo efetue e encaminhe, até 31 de agosto de 1995, avaliação parcial do Plano Plurianual 93/95. Acrescente-se que se trata da revisão do Plano elaborado para o período 1991/95, com destaque para as metas alcançadas, justificando os eventuais desvios em relação à programação relativa aos anos de 1993 e 1994.

2. Esclareça-se a situação singular da avaliação determinada pelo Legislativo, tendo em vista que o Plano Plurianual 1993/1995 foi elaborado em 1992, dentro de quadro político substancialmente distinto daquele que acabou se verificando. Acrescente-se que o Presidente Itamar Franco encaminhou nova proposta de revisão do PPA que contemplava as prioridades do Governo, mas que não chegou a ser aprovado pelo Congresso Nacional.

3. Assim sendo, a avaliação determinada pela Lei implica a verificação de objetivos e metas definidos em um Plano elaborado por um Governo, mas implementado por outro. Apesar desses fatos, é nosso entendimento que se mostra relevante apresentar ao Congresso Nacional, resultados importantes alcançados no biênio 1993-1994, e avaliação da programação e execução financeira para o período.

Respeitosamente,

JOSÉ SERRA
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

Mensagem nº 935 de 31/8/95

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional;

Nos termos do art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, a avaliação do Plano Plurianual, relativa ao período 1993/94, objeto da Lei nº 8.446, de 21 de julho de 1992.

Brasília, de agosto de 1995

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 01/9/1995
PÁGINA 13476 - seção 1
ANOTADO POR. Régia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

AVALIAÇÃO PARCIAL DO PLANO PLURIANUAL

1993 - 1995

30 /
MPO /
FOL
338.26 "1993-1995"
B823a

I INTRODUÇÃO

O presente documento visa atender ao disposto na Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, relativa às Diretrizes Orçamentárias para 1996, que, em seu parágrafo 2º do art. 3º, determina o encaminhamento ao Congresso Nacional, até 31 de agosto de 1995, de avaliação parcial relativa aos anos de 1993 e 1994, da execução do plano plurianual a que se refere o art. 4º da Lei nº 8.446, de 21 de julho de 1992.

A propósito, vale destacar o seguinte: a Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quinquênio 1991-95, previa em seu artigo 5º que a primeira revisão do Plano deveria ser encaminhada ao Congresso Nacional, na forma de Projeto de Lei, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1992.

O mesmo instrumento determinava que as revisões do Plano, ao longo de seu período de vigência, deveriam "... observar o seu ajustamento às circunstâncias emergentes no contexto social, econômico e financeiro, bem como a continuidade do processo de reestruturação do gasto público federal."

A proposta de revisão do Plano Plurianual para o triênio 1993/95 foi encaminhada no início de 1992 ao Congresso Nacional, tornando-se objeto da Lei nº 8.446, de 21 de julho de 1992.

Importa ressaltar que as condições prevalecentes durante o período de execução do Plano não apresentaram relação estreita com aquelas

previstas quando de sua concepção, sobretudo em decorrência dos novos fatos políticos que culminaram com o “impeachment” do Presidente, e de seus desdobramentos nos campos institucional e econômico.

A ascensão de novo Governo ainda em 1992 conduziu à revisão das prioridades e da estratégia de ação, resultando na elaboração e no envio ao Congresso Nacional, em 1993, de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual para o período 1994/95, compatível com o novo cenário nacional e com as prioridades do governo. No entanto, esse Projeto de Lei não foi votado pelo Poder Legislativo.

Assim, vigorou como Lei o PPA concebido num cenário totalmente diferente daquele que iria se apresentar, comprometendo substancialmente uma análise comparativa apurada. Não obstante, é possível identificar as principais realizações e resultados alcançados no período 1993/94 “vis-à-vis” as prioridades que foram estabelecidas quando da concepção da revisão do Plano Plurianual em 1992.

II PROGRAMAÇÃO E REALIZAÇÃO FINANCEIRA¹

Não obstante as dificuldades mencionadas, é oportuno e necessário efetuar a análise quantitativa da realização financeira perante a programação do PPA.

O Plano Plurianual 1993/95 (PPA 1993/95) previa dispêndios totais de R\$ 450 bilhões - englobando as 16 funções programáticas - e, conseqüentemente, podendo-se estimar gasto médio anual de R\$ 150 bilhões. Os dispêndios financeiros em 1993 e 1994 registraram valores superiores ao estimado: R\$ 176 bilhões e R\$ 156 bilhões, respectivamente, totalizando no período R\$ 332 bilhões, representando 73,6% do total previsto para o triênio 1993/95. Assim, os gastos realizados no período em tela superaram em mais de

¹ Valores em Reais de julho/95, atualizados pelo IGP-DI.

10% aqueles estimados no PPA. No entanto, cabe ressaltar que a distribuição dos recursos pelas funções programáticas não foi regular quando comparada àquela programada no PPA.

O PPA direcionava cerca de 19% dos recursos previstos para o período 1993/95 para investimentos em infra-estrutura. A execução financeira destas funções mostrou-se reduzida, somando R\$ 27 bilhões, representando 8,1% do total realizado no período 1993/94. Em contrapartida, as funções vinculadas à área social, que somavam R\$ 225 bilhões, representando 49,8% do total do PPA, tiveram execução financeira de R\$ 253 bilhões, representando 76,2% do total realizado no período 1993/94.

A Tabela 1 apresenta os dados relativos à programação e execução das despesas do Plano discriminados por função.

Verifica-se, por um lado, decréscimo dos valores aplicados em 1994 em relação ao ano anterior para as funções Comunicações, Energia e Recursos Minerais e Transporte; mas, em contrapartida, aumento dos valores designados à Educação e Cultura e à Saúde e Saneamento, que, ainda que apresentando realização financeira de 51,1% e 62,3% (abaixo da média geral de 73,6%), observaram crescimento de 14,6% e 33,5%, respectivamente, de 1993 para 1994.

Alguns dos fatores que explicam o aumento dos dispêndios nas demais funções de natureza social são apresentados a seguir:

a) . a função Desenvolvimento Regional apresentou execução financeira bastante superior àquela prevista no PPA, amparada em grande parte pelas transferências constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;

b) ainda que os gastos com pessoal não estejam incluídos no PPA, o aumento da massa salarial e o crescimento de salários e encargos no período 1993/94, além do repagamento dos 147%, foram, indiretamente, responsáveis pela expressiva realização financeira nas funções Trabalho (175,1%) e Assistência e Previdência (111,1%); e

TABELA 1: QUADRO SINTÉTICO COMPARATIVO DA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FUNÇÃO

| Funções | PPA 1993/95 (R\$ milhões) | Composição % PPA | Execução Financeira - EXEFIN (R\$ milhões) | | Composição % EXEFIN | Realização % PPA | Desvio % |
|-------------------------------------|---------------------------------|------------------------|---|----------------|---------------------------|------------------------|----------------|
| | | | 1993 | 1994 | | | |
| | | | Total | Total | | | |
| Infra-Estrutura | 84.017 | 18,66 | 14.613 | 12.087 | 8,05 | 31,78 | (52,33) |
| Comunicações | 17.982 | 3,99 | 4.609 | 4.218 | 2,66 | 49,09 | (26,36) |
| Energia e Recursos Minerais | 43.167 | 9,59 | 6.581 | 4.882 | 3,46 | 26,56 | (60,16) |
| Transporte | 22.868 | 5,08 | 3.423 | 2.987 | 1,93 | 28,03 | (57,95) |
| Social | 224.525 | 49,87 | 132.997 | 119.987 | 76,30 | 112,68 | 69,03 |
| Educação e Cultura | 22.511 | 5,00 | 5.363 | 6.150 | 3,47 | 51,14 | (23,28) |
| Saúde e Saneamento | 54.457 | 12,10 | 14.523 | 19.383 | 10,23 | 62,26 | (6,60) |
| Desenvolvimento Regional | 8.412 | 1,87 | 20.952 | 19.851 | 12,31 | 485,09 | 627,70 |
| Habitação e Urbanismo | 904 | 0,20 | 491 | 1.999 | 0,75 | 275,38 | 313,11 |
| Trabalho | 16.747 | 3,72 | 22.322 | 7.005 | 8,85 | 175,12 | 162,70 |
| Assistência e Previdência | 121.494 | 26,99 | 69.346 | 65.599 | 40,70 | 111,07 | 66,62 |
| Sector Produtivo | 69.712 | 15,48 | 10.748 | 8.702 | 5,87 | 27,90 | (58,15) |
| Agricultura | 41.815 | 9,29 | 5.533 | 5.908 | 3,45 | 27,36 | (58,95) |
| Indústria, Comércio e Serviços | 27.897 | 6,20 | 5.215 | 2.794 | 2,42 | 28,71 | (56,93) |
| Outros | 71.951 | 15,98 | 17.374 | 15.039 | 9,78 | 45,05 | (32,42) |
| Legislativa | 1.597 | 0,35 | 184 | 182 | 0,11 | 22,92 | (65,62) |
| Judiciária | 3.786 | 0,84 | 297 | 394 | 0,21 | 18,25 | (72,62) |
| Administração e Planejamento | 43.709 | 9,71 | 13.068 | 10.458 | 7,10 | 53,82 | (19,26) |
| Defesa Nacional e Segurança Pública | 21.738 | 4,83 | 3.407 | 3.637 | 2,12 | 32,40 | (51,39) |
| Relações Exteriores | 1.121 | 0,25 | 418 | 368 | 0,24 | 70,10 | 5,17 |
| Total | 450.205 | 100,00 | 175.732 | 155.815 | 100,00 | 73,64 | 10,48 |

OBS: * Preços constantes de julho/95 (IGP-DI)

* Os dados de execução financeira referem-se ao Balanço Geral da União, excluídas as despesas com pessoal, juros e rolagem da dívida pública mobiliária federal. Foram adicionados os valores relativos à execução financeira das empresas estatais.

FONTES: PPA 1993/95

Balanço Geral da União 1993 e 1994

c) quanto à Habitação e Urbanismo, que registrou realização financeira superior a 275%, com crescimento expressivo dos dispêndios de 1993 para 1994, cabe destacar a concentração das ações na implementação do Programa Habitar-Brasil e Morar Comunidades.

As funções relativas ao setor produtivo tiveram participação de 5,9% do total realizado, somando dispêndios no período 1993/94 de R\$ 19.450 milhões. Tal resultado encontra-se estreitamente vinculado à concentração de recursos nas funções de natureza social e à redução dos gastos em infraestrutura, impactando, por conseguinte, nos dispêndios financeiros destinados à Agricultura e à Indústria, Comércio e Serviços.

III. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Não obstante o contexto político, institucional e econômico substancialmente diverso daquele previsto quando da concepção do Plano Plurianual 1993/95, diversas iniciativas foram implementadas no biênio 1993/94. As principais realizações alcançadas no período sob avaliação estão explicitadas a seguir, agrupadas segundo as prioridades estabelecidas na revisão do Plano Plurianual.

1. Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia

1.1 – Educação

Nesta área, ênfase foi dada à educação básica. Ações voltadas para a melhoria de sua qualidade e aquelas para a criança e o adolescente foram implementadas, destacando-se:

8) Distribuição aos alunos da rede pública do ensino fundamental de 25.865.228

1) Lançamento, em junho de 1993, do Plano Decenal de Educação Para Todos, com o objetivo de garantir até o ano 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdo mínimo de aprendizagem que atendam às suas necessidades elementares. Foram elaborados, até o final de 1994, 3.600 Planos Decenais Municipais e 23 Planos Decenais Estaduais.

2) Implantação do Projeto de Educação Básica para o Nordeste, instrumento de intervenção regional para o período de 1993/98, com objetivo de reduzir os índices de analfabetismo do Nordeste. Foram treinados 58.816 docentes, reformadas 1.364 escolas, distribuídos 66.662 conjuntos de material escolar e 14.433 módulos de equipamentos.

3) Criação, em março de 1993, do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – PRONAICA, objetivando a proteção especial, promoção de saúde, educação infantil, educação escolar, educação para o trabalho, esporte e cultura. Foram construídos e implantados 232 Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC's.

4) Construção de 20 unidades descentralizadas das Escolas Técnicas Federais.

5) Concessão de 100.000 bolsas de crédito educativo, 17.669 bolsas de pós-graduação stricto sensu e apoio a 875 cursos desse nível.

6) Descentralização do fornecimento da alimentação escolar, através de convênio com cerca de 1.500 municípios com fornecimento de merenda a 31.600.250 alunos.

7) Parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, visando a distribuição de 80 títulos de livros didáticos, totalizando 3,7 milhões de exemplares, a cerca de 70 mil escolas, para formação do acervo básico das bibliotecas escolares, bem como de material de apoio para alunos e professores.

8) Distribuição aos alunos da rede pública do ensino fundamental de 25.665.228 módulos de material escolar (caderno, lápis, borracha, régua e apontador) a igual número de alunos de 220.000 escolas.

9) Implementação de programas nas áreas de saúde geral, oftalmologia e odontologia, abrangendo mais de 80 mil escolas e atendendo a cerca de 23 milhões de alunos.

1.2 – Saúde

Das inúmeras atividades desenvolvidas, destacaram-se:

1) Criação dos meios legais para implantação do repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais dos Estados e Municípios habilitados para a gestão semiplena.

2) Concepção de Banco de Dados sobre municipalização em 1.300 municípios de 11 estados.

3) Implantação plena da Autorização de Internação Hospitalar – AIH, em meio magnético, agilizando a consolidação dos dados do sistema, o acesso a consultas e a relatórios, tornando o exercício do controle e avaliação mais transparente e eficiente.

4) Elaboração de novo instrumento de cadastro das unidades, visando atualizar e dimensionar a capacidade da rede de serviços, incorporando indicadores de qualidade como forma de exigir melhoria das condições físicas e tecnológicas dos prestadores públicos e privados, classificando-as no sistema de referência e contra referência, distribuindo-as regionalmente segundo o fluxo da demanda e adequando-as às necessidades assistenciais.

5) Erradicação da Poliomielite certificada pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

13) Realização de campanha de distribuição de vitamina A para crianças de 5 a 14 anos.

6) Intensificação do controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST e AIDS, em todo o País, através de: distribuição de 36 milhões de preservativos; padronização e distribuição dos medicamentos de máxima prioridade; implementação do sistema de vigilância sentinela do HIV em 36 cidades; implantação da Rede Nacional de Laboratórios de Referência em AIDS composta de 5 nacionais, 5 macrorregionais e 18 estaduais; padronização de metodologias para o diagnóstico laboratorial das DST e AIDS; criação do Hospital-Dia em 17 unidades de saúde, em 13 municípios, para o acompanhamento clínico/diagnóstico e terapêutico, bem como, o apoio psicológico aos pacientes com AIDS e a seus familiares.

7) Redução do número de casos de malária em 19%.

8) Aplicação de 1.753.032 doses de vacina para controle da febre amarela.

9) Redução da incidência da doença de Chagas por infestação intradomiciliar, por todas as espécies, de 1,9% para 0,8%, assim como o número de internações da ordem de 14,19%, e a realização da triagem de doadores de sangue em 70% dos serviços de hemoterapia do País.

10) Redução do coeficiente de prevalência da hanseníase de 15,35 para 12,50/10.000 habitantes, bem como a elaboração e revisão de materiais técnico-normativos e instrucionais para o controle da hanseníase e a distribuição regular de medicação apropriada (Dapsona e Talidomida).

11) Criação do Programa “Leite é Saúde” que beneficiou cerca de 1.900.000 pessoas, entre crianças desnutridas, seus irmãos e as gestantes em risco nutricional, em 600 municípios.

12) Distribuição de 60 toneladas de iodato de potássio à indústria salineira, para promover o controle do bócio endêmico, aumentando o teor de iodo no sal de 10 mg/kg para 40 a 60 mg/kg.

13) Realização de campanha de distribuição de vitamina A, para crianças de 6 meses a 4 anos, em 1.059 municípios da região Nordeste e do Vale do Jequitinhonha/MG, atingindo uma cobertura de 65% da população-alvo.

14) Implantação dos Cartões da Criança e da Gestante, à nível nacional, e do Sistema de Informações sobre a Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente – SIMCA.

15) Implantação de microssistemas de fluoretação de águas de abastecimento público e o estabelecimento, à nível nacional, de sistema de informações e de programas educativos e preventivos em saúde bucal.

16) Incremento na produção de medicamentos básicos, pela FIOCRUZ/Farmanguinhos, de 156,6 milhões de unidades, em 1993, para 400 milhões, em 1994, e a diversificação da linha de produção que passou de 5 para 27 tipos diferentes, a preços 50% abaixo dos praticados pelo mercado.

17) Produção de 70 milhões de doses de vacinas contra febre amarela, sarampo, poliomielite, meningite C e febre tifóide, a cargo do Laboratório Biomanguinhos da FIOCRUZ, com crescimento de 200% em relação a 1992.

18) Estruturação da Rede Nacional de Laboratórios Oficiais de Controle de Qualidade em Saúde e a realização, pelo INCQS, de análises de todos os lotes de vacinas utilizados pelo Programa Nacional de Imunização.

19) Ampliação da capacidade de atendimento da hemorrede pública de 59% para 73% das necessidades de sangue e de seus componentes.

20) Construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário que beneficiaram aproximadamente 6,5 milhões de habitantes; realização de obras de drenagem para o controle da malária, em 25 localidades; melhorias sanitárias implantadas em 120 municípios para o controle e prevenção do cólera; e recuperação de 3 mil moradias para controle da doença de Chagas.

21) Realização de conferências específicas, que resultaram na definição de políticas nacionais em: Saúde dos Povos Indígenas; Recursos Humanos em Saúde; Ciência e Tecnologia em Saúde; Saúde do Trabalhador; Saúde Mental; e Saúde Bucal.

22) Normatização do processo de descentralização (Norma Operacional Básica / 93) que estabelece as diretrizes e os procedimentos a serem observados nas gestões incipientes, parcial e semiplena, bem como, na implantação e no funcionamento dos foros de negociação e de deliberação do SUS.

23) Municipalização da saúde, na condição de gestão semiplena, em 20 municípios de 6 estados.

24) Descentralização de 254 unidades de saúde, das 732 existentes, para estados e municípios.

25) Reformulação do modelo de assistência, centralizado e fortemente dependente da assistência médico-hospitalar, através da implementação de programas que priorizam a promoção e a proteção da saúde, quais sejam: Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS com 32 mil Agentes atuando em 980 municípios de 13 estados do Norte e Nordeste; Programa de Saúde da Família com 329 equipes em atuação, em 51 municípios de 13 estados, cuja equipe é composta por um médico, um enfermeiro e cinco Agentes; Programa de Interiorização do SUS com a fixação de 90 equipes formadas por médico, auxiliar de enfermagem e agentes de saúde; Ambulatório de Alta Resolutividade na periferia de grandes cidades, de 13 estados, oferecendo serviços de radiologia, laboratório de análises clínicas, sala de parto e de pequena cirurgia e leitos de observação durante 24 horas; Ouvidoria Geral do MS – Disque Saúde; e Educação e Saúde – Canal Saúde.

26) Implantação do Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde – PAPAES, na FIOCRUZ; do Programa de Fomento Interno de Pesquisa – PROFIP, no INCa; desenvolvimento de 792 projetos de pesquisa e a publicação de 401 trabalhos científicos pelo *Institute for Scientific Information* –

/SI/; desenvolvimento, entre produtos e processos, de 126 inovações, tendo sido requeridos 20 pedidos de patentes no Brasil, quatro nos EUA, sete na Europa, um no Japão, um na Nova Zelândia e um na Austrália; desenvolvimento de nova tecnologia para a detecção do antígeno HIV em tecido placentário; desenvolvimento de tecnologias para o controle definitivo dos vetores da filariose; desenvolvimento de nova vacina bacteriana contra a meningite B; e o aprimoramento das vacinas contra a febre amarela e o sarampo.

27) Transformação da atuação do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que passou a ser um centro de confluência decisória sobre questões substanciais da esfera de atuação do Ministério da Saúde, contribuindo, significativamente, para a implantação de Conselhos de Saúde, em todas as Unidades da Federação, com a aprovação da Resolução nº 33 que dispõe sobre “Recomendações para a Constituição e Estruturação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde”.

1.3 – Ciência e Tecnologia

1. Criação da Comissão de Capacitação Tecnológica da Indústria com o objetivo de ampliar a descentralização e a participação do setor industrial e da classe trabalhadora no Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria – PACTI.

2. Criação, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, da Comissão de Supervisão e Avaliação dos Institutos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e do MCT, assim como de outros institutos e de universidades, com o objetivo de avaliar o desempenho técnico-científico dessas instituições e de propor ações visando o seu aperfeiçoamento.

3. Fortalecimento, através de apoio financeiro do Banco Mundial (BIRD), do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT.

4. Promulgação da Lei nº 8.661/93, que criou o incentivo fiscal para a capacitação tecnológica da Indústria e Agropecuária.

5. Execução do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP e do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria – PACTI, objetivando contribuir para a construção das condições de sustentação de competitividade econômica.

6. Desenvolvimento do Programa de Competitividade e Difusão Tecnológica – PCDT, de apoio ao processo de construção da nova estrutura tecnológica produtiva para o País, viabilizando diretrizes estabelecidas pelo PACTI.

7. Implementação de política de estímulos voltadas à manutenção do parque industrial de informática e a recuperação e preservação do nível de empregos do setor.

8. Implantação do Programa Nacional de Software para Exportação, SOFTEX 2000, com o objetivo de elevar o patamar tecnológico em que trabalham as empresas brasileiras.

9. Extensão da Rede Nacional de Pesquisa – RNP para empresas e organizações não governamentais.

10. Instalação, em 1994, de laboratórios para o desenvolvimento de prototipagem rápida, indispensável à introdução de inovações em produtos eletrônicos da indústria moderna.

11. Criação, em fevereiro de 1994, da Agência Espacial Brasileira, voltada para o desenvolvimento de pesquisas civis na área espacial, possibilitando um planejamento de longo prazo e a integração do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE às demais instituições do setor.

12. Lançamento em órbita, em fevereiro de 1993, do Satélite de coleta de dados ambientais – SCD1.

13. Prosseguimento do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR com a realização de simpósio internacional em novembro de 1994 e aprovação de proposta de financiamento para a realização de sete projetos de pesquisa pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

14. Inauguração, em 1994, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, com capacidade computacional para modelar mudanças climáticas globais e seus impactos regionais.

15. Concessão de bolsas de estudo no País e no exterior para formação de recursos humanos de alto nível nas áreas científica e tecnológica, e nas modalidades de mestrado, doutorado, pós-graduação e aperfeiçoamento/especialização.

16. Auxílio à pesquisa através do Programa de Fomento à Pesquisa e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

2. Reforma Agrária e Incentivo à Produção Agrícola

Neste âmbito, destacam-se ações voltadas à reforma agrária e aquelas inerentes à pesquisa agropecuária e à política creditícia.

1. Aprovação da Lei Agrária nº 8.629, em fevereiro de 1993, que disciplina ações de desapropriação, e da Lei Complementar nº 76/93, que trata do rito do processo judicial, relativas à legislação complementar à Constituição de 1988.

2. Assinatura de decretos de desapropriação, por interesse social, de aproximadamente 1,4 milhão de hectares, beneficiando cerca de 35 mil famílias.

3. Assentamento de 21,7 mil famílias, em 126 projetos, numa área de 1,1 milhão de hectares.

4. Atendimento de 160 mil famílias com crédito para reforma agrária. Desse total, 88 mil famílias foram atendidas no ano de 1993 e 72 mil no ano de 1994.

5. Arrecadação de 404 mil hectares e discriminação de 416 mil hectares no âmbito da regularização fundiária.

6. Expedição de 27 mil documentos de titulação de imóveis rurais.

7. Geração, no campo da pesquisa agropecuária, de 600 novas tecnologias e recomendações técnicas, incluindo o lançamento de aproximadamente 60 novas cultivares ou variedades de plantas mais produtivas, resistentes a doenças e/ou adaptadas a condições adversas de solo e clima vigentes em diversas regiões brasileiras.

8. Crescimento, da ordem de 49%, da produção de sementes básicas, atingindo 151 cultivares de 21 diferentes espécies.

9. Implantação e ampliação do sistema de equivalência em produto em financiamentos de custeio e investimentos, abrangendo produtores de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e trigo, a partir da safra 1993/94, e de soja para a safra 1994/95.

10. Implantação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE), para promover melhorias no nível de vida e estímulo ao associativismo rural, mediante concessão de apoio financeiro direto à produção e à comercialização.

11. Criação do Prêmio de Liquidação de EGF (Empréstimos do Governo Federal), instrumento novo de política agrícola alternativo às AGF (Aquisições do Governo Federal).

b). execução, pelo IBAMA, de atividades de disseminação das associações das reservas extrativistas e de planos de utilização das Reservas de Chico Mendes, Alto Juruá e Rio Ouro Preto;

3. Recuperação e Conservação do Meio Ambiente Rural e Urbano

c). recuperação de Áreas Degradadas no Vale do Rio Tapajós;

1. Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do território nacional:

a). continuação da implementação do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, através da elaboração de estudos técnicos com a finalidade de dotar o governo de instrumentos para orientar a ocupação ordenada e economicamente sustentável do Território Nacional.

2. Pesquisa para geração e difusão de tecnologias de manejo e conservação de recursos naturais:

a). o IBAMA realizou seminários, apoiou e realizou pesquisas nas áreas de biodiversidade, manejo e conservação de recursos naturais, monitoramento ambiental e formação de seringais de cultivo; e

b). apoiados projetos de pesquisa através do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil, do Plano Setorial para os Recursos do Mar (Programa para Levantamento dos Potenciais Sustentáveis de Recursos Vivos da Zona Economicamente Exclusiva – Plataforma Continental) e do Programa do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

3. Conservação e recuperação de ecossistemas naturais, previstas em vários programas do governo:

Programa de Proteção ao Meio Ambiente Indígena, PMAGI, de projetos voltados para a saúde indígena, educação

a). projetos apoiados pelo Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil e pelo Programa do Fundo Nacional do Meio Ambiente, com as seguintes ações:

b). execução, pelo IBAMA, de atividades de disseminação das associações das reservas extrativistas e de planos de utilização das Reservas de Chico Mendes, Alto Juruá e Rio Ouro Preto;

c). recuperação de Áreas Degradadas no Vale do Rio Tapajós;

d). celebração de convênios para co-gestão das seguintes Unidades de Conservação: Parque Nacional de Itatiaia (RJ), Estação Ecológica de Águas Emendadas (DF), Parque Nacional da Tijuca (RJ), Parque Nacional da Serra da Canastra (MG), Reservas Biológicas de Atol das Rocas (RN) e Tinguá (RJ), Parque Nacional de Aparados da Serra (RS) e Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE);

e). criação do Parque Nacional da Serra Geral e demarcação dos Parques Nacionais da Chapada dos Guimarães, Grandes Sertões Veredas e da Reserva Biológica de Una;

f). regularização fundiária do Parque Nacional da Serra do Cipó, Reserva Biótica de Una e Estação Ecológica Itabarena;

g). implantação de reservas particulares do patrimônio natural; e

h). assinatura de 90 convênios com instituições credenciadas para execução de projetos de proteção ambiental (correspondente a 55% do que foi programado para o período 93/94 para o FNMA).

4. . Preservação e demarcação das áreas indígenas:

a) execução, através do Programa de Proteção ao Meio Ambiente Indígena – PMACI, de projetos voltados para a saúde indígena, educação

indígena, atividades produtivas, infra-estrutura de postos indígenas e demarcação e regularização de terras indígenas.

5) Educação Ambiental:

a) apoiados projetos de educação ambiental, principalmente na zona urbana, através de diversos Programas, do IBAMA e do Ministério da Educação e Cultura.

6) Reaparelhamento institucional para monitoramento e fiscalização do meio ambiente:

a) execução do projeto da Rede Nacional de Sensoriamento Remoto; e

b) execução de projetos de fortalecimento institucional de algumas Superintendências do IBAMA com recursos do Programa Nacional do Meio Ambiente.

4. Consolidação e Recuperação da Infra-Estrutura

As principais ações desenvolvidas no âmbito da recuperação da infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações foram:

1) Início da implementação da transferência para os Estados e Municípios dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros geridos pela CBTU e pela TRENSURB.

2) Obtenção de apoio financeiro do Banco Mundial – BIRD, destinados à recuperação e modernização dos sistemas de transporte ferroviário urbano de São Paulo e Rio de Janeiro.

3) Efetivação, em maio de 1994, da transferência do sistema de transporte ferroviário urbano de São Paulo, e das etapas para estadualização do sistema do Rio de Janeiro.

4) Assinatura de convênios definindo as diretrizes para a transferência dos sistemas de transporte ferroviário urbano de Belo Horizonte e Recife.

5) Retomada e continuação das obras e investimentos no corredor ferroviário Goiás-Minas (Centro-Oeste) e Paraná, no chamado Tronco Sul, rota ferroviária entre São Paulo e Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, e da travessia de Belo Horizonte, objetivando, respectivamente, melhoramentos e modernização da via permanente, pátios, terminais, sistemas de sinalização e telecomunicações, melhor utilização do transporte ferroviário pelo MERCOSUL e eliminação de gargalos operacionais no corredor Goiás-Minas-Espírito Santo.

6) Implantação, em 1993, do RODOTRILHO/CARGA, no eixo Rio-São Paulo, e do RODOTRILHO/AREIA, no Vale do Paraíba.

7) Conclusão do trecho Norte da Ferrovia do Aço, que teve a parceria da Minerações Brasileiras Reunidas – MBR e foi entregue ao tráfego em setembro de 1994.

8) Reativação, em novembro de 1994, do transporte regular entre Rio de Janeiro e São Paulo, com o lançamento do denominado “TREM DE PRATA”.

9) Promulgação da Lei nº 8.630/93, de 25/02/93, que introduziu profundas modificações na estrutura do sistema portuário, através do estímulo à competição entre os portos, da alteração do regime de trabalho, da modificação da organização administrativa, além de ter facilitado a privatização dos serviços.

10. Implantação dos Conselhos de Autoridade Portuária – CAP, para imprimir o modelo de gerência participativa, com representação de todos os setores dessa atividade.

11. Implementação de política de descentralização portuária com início do processo de concessão dos portos de Porto Velho, Cabedelo, Itajaí e Laguna.

12. Implantação do Programa de Concessões de Rodovias Federais – PROCROFE, com licitação de diversos trechos rodoviários, entre os quais:

Ponte Rio–Niterói – 14 Km

Rio de Janeiro–São Paulo (Via Dutra) – 430 Km

Porto Alegre–Osório (BR 290) – 92 Km

Rio–Teresópolis–Além Paraíba – 160 Km

Rio–Petrópolis–Juiz de Fora – 170 Km

13. Reordenamento legal para a recuperação institucional e a modernização do Setor Elétrico através da:

a) promulgação da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, que dispõe sobre a recuperação econômico-financeira das empresas do Setor;

b) edição do Decreto nº 915, de 06 de setembro de 1993, que autorizou a formação de consórcios de auto-produtores para a construção de usinas hidrelétricas, permitindo assim a participação de novos investidores na expansão do parque gerador; e

c) edição do Decreto nº 1.009, de 22 de dezembro de 1993, que criou o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica – SINTREL, que permite o transporte da energia gerada por quaisquer usinas até o mercado consumidor, constituindo-se instrumento para o aumento de eficiência e redução dos custos setoriais.

14. Retomada de obras prioritárias para a expansão do Setor, dentre as quais destacam-se: hidrelétricas de Xingó, Samuel e Corumbá;

termoelétricas de Santana e Jorge Lacerda; linha de transmissão Samuel – Ariquemes – Ji-Paraná; linha de transmissão Nobres – Sinop (Mato Grosso); e reforços de pontos críticos do Sistema de Transmissão.

15. Estruturação de parcerias com a iniciativa privada, destacando-se as usinas de Serra da Mesa, Itá e Jacuí.

16. A atividade de exploração desenvolvida pela PETROBRÁS permitiu a elevação das reservas provadas de petróleo e gás natural para cerca de 10 bilhões de barris de óleo equivalente contra 4,5 bilhões em 1992.

17. Criação do Selo Verde de Eficiência Energética, com o objetivo de identificar, para os consumidores, os equipamentos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética.

6. Abertura e Modernização da Economia

18. Expansão dos serviços de telecomunicações que resultou em:

a) aumento da densidade telefônica no País para cerca de 10 terminais por 100 habitantes, atingindo 350 mil telefones públicos em 1993 e cerca de 400 mil no ano de 1994;

b) atendimento adicional a cerca de 2.300 localidades que não eram beneficiárias de serviços de telecomunicações;

c) instalação de mais de 2,4 milhões de terminais telefônicos;

d) redução da taxa de congestionamento nas ligações telefônicas urbanas de 14%, em 1992, para 9%, em 1994;

e) aumento da taxa de chamadas completadas por DDD de 47% no final do ano de 1992 para 52%;

f) implantação de Sistemas de Telefonia Móvel Celular, atingindo cerca de 600.000 terminais em operação;

g) inauguração, pela EMBRATEL, da ligação por fibra óptica entre o Rio de Janeiro e São Paulo;

h) iniciada a implantação do sistema de cabos de fibras ópticas interligando o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e Belo Horizonte a São Paulo;

i) implantação, em Santa Catarina, de rede de fibras ópticas instalada em linhas de transmissão elétrica, com mais de 500 km de extensão; e

j) continuação do projeto de lançamento de satélites de segunda geração, em substituição ao BRASILSAT I e II, com o lançamento do primeiro em 1994.

5. Abertura e Modernização da Economia

As principais realizações neste campo, que recebeu impulso no biênio 1993/94, foram:

1. Redução e/ou eliminação dos controles quantitativos de importações.

2. Implantação do SISCOMEX, com emissão automática de guias de exportação.

3. Implantação de programa plurianual de redução de tarifas.

4. Fomento, através da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, à criação dos órgãos locais de assistência aos consumidores (PROCON's) e na instauração de processos administrativos para a apuração de práticas abusivas, restritivas e criminosas contra a ordem econômica.

5. Transformação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia.

6. Promulgação da nova legislação antitruste, consubstanciada na Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994.

7. Conclusão e implementação dos acordos de reescalonamento da dívida externa com os países credores participantes do Clube de Paris.

8. Conclusão e implementação do acordo de reescalonamento da dívida externa com os bancos comerciais.

9. Consolidação das principais medidas para a criação e implementação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

10. Implementação do programa Novos Pólos de Comércio Exterior em várias regiões do Brasil, visando ampliar a participação das pequenas e médias empresas no setor exportador.

11. Retomada das negociações no âmbito das Câmaras Setoriais com diversos setores da economia, com destaque para: automotivo, indústria naval, brinquedos, cosméticos, tratores, máquinas e implementos agrícolas, têxtil e confecções, gemas, jóias e bijuterias, indústria da construção, transporte aéreo, higiene e limpeza.

12. Reorganização e redirecionamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), intensificando as ações voltadas à participação dos trabalhadores e aquelas concernentes às micro e pequenas empresas. Destaca-se o avanço significativo no número de empresas brasileiras certificadas pelas normas da série ISO 9000 – que passou de 15, em 1991, para 425 até novembro de 1994.